



GRUPO PARLAMENTAR

RECORRIDO DE PUBLICAÇÃO
E EXECUÇÃO

2001, 05, 30

REQUERIMENTO Nº 1723/VIII (2.a) - AC

Exmo Senhor
Presidente da Assembleia da
República

A actual Comissão Europeia fixou como uma das suas grandes prioridades a promoção de novas formas de governação europeia, estando prevista a apresentação do Livro Branco em Julho próximo. Este Livro conterá uma série de recomendações quanto aos meios a seguir para o reforço da democracia e da legitimidade das instituições europeias, pelo que, certamente, irá constituir uma peça importante para todos aqueles que reflectem sobre o futuro da União Europeia.

E, se o futuro da União Europeia necessita de ser objecto de reflexão aprofundada – pressuposto comumente aceite –, já não nos parece consensual a proposta que a Comissão colocou em “cima da mesa” quanto à tradução de “gouvernance européenne” para a Língua Portuguesa.

Qualquer uma das Línguas nacionais dos Estados-Membros da União Europeia – independentemente da verificação de raízes comuns entre algumas delas – é um dos suportes essenciais da sua identidade. É o respeito por essa mesma identidade que, nesta questão aparentemente de pormenor e de somenos importância, poderá estar em causa.

Colocar em pé de igualdade — como a proposta da Comissão faz — ao traduzir “gouvernance européenne” para a Língua Portuguesa, as opções “governacão (europeia)”, “governança (europeia) ou “governo (europeu)”, parece significar o gosto por apostas múltiplas, quando não as políticas e os conceitos que lhe estão inerentes.

A Comissão rejeita, e bem, a opção “governo europeu”, por poder induzir a preferência por um modelo que está em discussão; não nos parece, também, correcta a hipótese de tradução para “governança europeia”.

M. Santos
2001 5 31
f. l. m. u.

Esta última hipótese surge, por exemplo, no Dicionário da Porto Editora, como “substantivo feminino; depreciativo, o m. q. governo”. Da mesma forma, no Dicionário Universal da Língua Portuguesa, da Texto Editora, a entrada “governança” conduz para “s. f.; acto, cargo ou forma de governar, de dirigir um país; administração, gestão; governo.” Não é, todavia, uma palavra usada correntemente no léxico português.

Todas as hipóteses em presença têm um significante e um significado e representam uma opção.

Como se afirma na própria proposta da Comissão, a escolha da correspondência portuguesa para “gouvernance” deverá ter em linha de conta o uso social; razão ponderosa, portanto, para que, no “Livro Branco” não sejam usados termos que nada (quase nada) digam aos cidadãos portugueses. A Comissão ao afirmar na sua proposta que “O «Livro Branco» será uma excelente ocasião para impor o termo “governança europeia” leva a que questionemos sobre quem e com que direito, na União Europeia, opina e decide sobre a Língua Portuguesa, a sua evolução e o seu uso. E isto afigura-se-nos tanto mais relevante quanto a instituição de um Ano Europeu das Línguas, como o que agora decorre, corresponde inevitavelmente ao reconhecimento de que a União é um espaço plurilinguístico onde se respeita um dos traços fundamentais de afirmação das nações e dos povos.

Em síntese, “gouvernance européenne não pode significar – a não ser que exista uma decisão política sobre a matéria – “governo europeu” nem “governança europeia”; não deve e não pode corresponder a opções que nada (quase nada) têm a ver com o uso social da Língua Portuguesa.

A construção da União Europeia e o debate sobre o seu futuro passam pela afirmação de grandes linhas e de objectivos, no respeito pela identidade e soberania de cada um dos Estados-Membros. Não podemos, por isso, encarar com ligeireza e displicência, questões que alguns vêm como de pormenor e outros, porventura a maioria, como relevantes e merecedoras de atenção e rigor. O Governo Português não pode, pois, aceitar que outros façam opções por nós, invocando critérios seus que minorizam a identidade e a cultura portuguesas.



GRUPO PARLAMENTAR

É, pois, neste sentido, que nos termos constitucionais e regimentais em vigor, solicito ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros a posição oficial do Governo Português e as diligências eventualmente tomadas junto da Comissão Europeia quanto à tradução oficial do termo "gouvernance"/"governance" , que se irá generalizar, obviamente, com a publicação do Livro Branco.

Assembleia da República, 28 de Maio de 2001

A Deputada

Maria Eduarda Azevedo
(Maria Eduarda Azevedo)